

Passado, Presente e Futuro da Educação Inclusiva

Entrevista de: Elisabete Mendes

Carmen Duarte cursou o Magistério Primário, especializou-se em Educação Especial no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira e, mais tarde, em Problemas de Cognição e de Comunicação na Escola Superior de Educação de Lisboa, tendo também realizado formação em gestão de PME. Foi cofundadora do Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência – CECD Mira Sintra, onde exerceu funções como Professora de Educação Especial, Coordenadora Pedagógica, Diretora Geral, e é, atualmente, a Presidente da Direção. Colaborou com o Centro de Recursos para a Educação Integrada do Ministério da Educação onde foi responsável pela área de desenvolvimento de material pedagógico para as crianças com deficiência intelectual, bem como pela adaptação portuguesa do Sistema PIC – Comunicação Alternativa e Aumentativa. Durante 20 anos foi Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) e há 12 anos que integra o Comité Executivo da European Association of Services Providers for People with Disabilities (EASPD), sendo a sua representante no grupo sobre envelhecimento das pessoas com deficiência no Conselho da Europa. Ao longo da sua carreira académica e profissional recebeu várias distinções: o Prémio D. Dinis – Melhor aluna do Curso do Magistério Primário (1969), a Medalha de Ouro da Câmara Municipal de Sintra (2009) e a Medalha de Mérito da Pró-Inclusão Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (2013).



Página | 2

Elisabete Mendes (EM) — Fale-nos sobre as razões que a levaram a dedicar-se à Educação Especial, as suas expectativas iniciais, e quais os constrangimentos que vivenciou ao dedicar-se a esta área de intervenção.

Carmen Duarte (CD) — Após cumprido o meu sonho de ser professora (1969), rapidamente percebi que tinha sob a minha responsabilidade educativa e de desenvolvimento pessoal algumas crianças (alunos) com dificuldades de aprendizagem e a quem eu não conseguia ajudar. Sempre me pus em causa e por isso também cedo compreendi que sabia muito pouco para os poder apoiar. Nessa medida, continuar a estudar, aumentar os meus conhecimentos, melhorar as minhas competências passaram a ser uma prioridade para a minha vida profissional. Aprofundar os conhecimentos em Psicologia e Pedagogia foi o objetivo e por coincidência (embora acredite que nada acontece por acaso) encontrei nessa fase uma colega que tinha acabado de tirar a especialização no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (IAACF). Foi o início de uma caminhada que ainda hoje prossigo, pois até hoje não parei de procurar aprender sempre mais.

O IAACF não me deu tudo, naturalmente, mas abriu-me novos horizontes, deu-me ferramentas para poder ir mais fundo na minha ânsia de aprender, de compreender algumas

dificuldades dos meus anteriores alunos e ajudou-me a ir à procura de mais conhecimento e mais instrumentos que permitissem uma melhor intervenção da minha parte.

Sempre acreditei que a Educação é a área de excelência, a base para o desenvolvimento de um povo e de uma nação. Formar, apoiar o desenvolvimento de uma criança, investir na sua educação é construir um melhor futuro para ela e para a sociedade em geral.

EM — Participou nas primeiras iniciativas de integração de crianças com necessidades especiais na escola regular. Como vê agora essas primeiras experiências e o papel das organizações não-governamentais nesse processo?

CD — Desde o princípio que o respeito por todas as crianças, quaisquer que fossem as suas origens ou características, estiveram na minha forma de agir e educar. Por formação pessoal, tendo por base os valores humanos integrados na fé na construção de um mundo melhor, fui pautando a minha vida por uma intervenção social que tivesse como foco trabalhar inicialmente com crianças em desvantagem, alargando paulatinamente essa preocupação e esse trabalho à população com dificuldades de inserção, nomeadamente as crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual.

Foi assim que fui cofundadora do CECD Mira Sintra, começando por ajudar a criar uma Escola de Educação Especial (EEE), em 1976, numa altura em que as crianças com graves problemas de aprendizagem e deficiência intelectual eram excluídas da escola regular.

Nessa altura, (1975/1976) tempo áureo dos grandes sonhos, tempo do início de uma democracia que há muito tardava, foi possível não só acreditar, mas também trabalhar para a construção de uma sociedade onde todos tivessem o seu lugar e vissem respeitados os seus direitos. As nossas expectativas eram elevadas e a energia era grande porque acreditávamos que as grandes mudanças podiam acontecer e que dependiam de nós.

A motivação foi alimentada ao encontrar e juntar pessoas que, como eu, acreditavam que a escola regular tinha naturalmente de mudar e que, embora na altura as Escolas de Educação Especial fossem um mal necessário, o caminho teria de ser desenvolver uma resposta possível e positiva até conseguirmos “construir uma escola para todos”, como publicamente defendemos nos Cadernos de Educação CECD (1979).

Foi uma etapa que importa valorizar, já que as Escolas de Educação Especial criadas dentro das ONGs de Solidariedade Social, especialmente nas CERCI, vieram proporcionar um novo olhar sobre a capacidade e a valorização destas crianças como seres humanos e o seu direito à educação, em contraponto com a forma “assistencialista” como tinham sido entendidas e apoiadas até então.

Surgiu um forte movimento de articulação entre as Organizações a que, em muitos momentos, se juntou o próprio Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar a mudança de mentalidades (educação versus assistência), desenvolver a formação de professores (que pudessem ajudar estas crianças de uma forma mais eficiente e eficaz) e ir alcançando alterações legislativas. A preocupação de todos os envolvidos era que as crianças não fossem automaticamente excluídas de junto dos seus pares devido a deficiências, perturbações de desenvolvimento ou a déficits do seu rendimento escolar.

Era claro que as EEE das CERCIs e outras ONGs congéneres prestavam um serviço suplementar ao aparelho de Estado e era importante que o Ministério da Educação assumisse a sua função e se responsabilizasse também pelas crianças com necessidades educativas especiais (NEE).

O trabalho desenvolvido pelo CECD Mira Sintra, organização que ajudei a fundar, apoiou a criação da Equipa de Educação Especial de Sintra e a sua Escola de Educação Especial passou a funcionar desde 1980 em espaços integrados nas escolas regulares. Chegámos a ter em funcionamento 11 “Núcleos para a Educação Integrada” em várias escolas do Concelho de Sintra, trocando serviços e apoiando crianças das escolas, promovendo a mudança de atitudes, não só entre o corpo docente das escolas onde estávamos, mas também com os alunos dessas escolas. Foi um trabalho frutuoso com resultados positivos. Disso temos evidências pelo testemunho de professores com quem trabalhámos e das famílias que sempre estiveram presentes em todo o processo.

Página | 4

Temos consciência que o modelo que entretanto desenvolvemos não consubstanciava aquilo que ambicionávamos e que sabíamos ser a verdadeira escola inclusiva... “a escola para todos”. Fomos tendo a compreensão de que integração era diferente de inclusão. Contudo, também tivemos em mente que esta era uma etapa de um caminho a percorrer e que cada passo dado deveria ser nesse sentido.

Foi assim que a EEE do CECD Mira Sintra e outras congéneres foram abrindo caminho, construindo conhecimento e adquirindo experiência no trabalho com crianças com deficiência intelectual/dificuldades de aprendizagem, servindo muitas vezes como pontos de apoio para a mudança que se queria para a escola regular.

O Ministério da Educação, durante alguns anos, reconheceu e valorizou o trabalho realizado pelas CERCIs e pelas ONGs neste percurso de procura de soluções cada vez mais adequadas que promovessem, numa primeira fase, a integração das crianças com NEE e mais tarde se assumisse o conceito de inclusão como o melhor caminho a seguir.

Importantes documentos, entretanto, foram sendo publicados, que se tornaram fundamentais para a nossa intervenção, se tornaram faróis e nos impeliram para uma mudança mais profunda; nomeadamente a Declaração de Salamanca, as Regras Standard da ONU a favor das Pessoas com Deficiência e, finalmente, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

EM — Quais as suas principais preocupações relativamente às problemáticas atuais para a educação inclusiva? Como situa a nossa realidade face a outros países europeus? Considera que estamos a fazer progressos?

CD — Neste percurso, pude constatar aquilo que vários autores, estudiosos deste assunto, registaram na investigação realizada neste domínio. O termo inclusão foi e é, com alguma frequência, utilizado de forma tão ambígua e elástica que importa recentrar o conceito, reafirmando a ideia de que uma escola promotora de educação inclusiva será a que procura acolher e responder adequadamente às necessidades de todos os elementos dessa comunidade educativa, num contexto aberto, cooperante e flexível, envolvendo modelos compreensivos ao nível do planeamento, dos dispositivos de apoio e dos recursos humanos e materiais envolvidos, como referem José Morgado (2009) e Miranda Correia (2008).

Assim sendo, em termos filosóficos, o Decreto-Lei n.º 3/2008 parecia configurar a grande viragem legislativa no atendimento às crianças com NEE e poderia ser a base para a construção da escola inclusiva em Portugal. Pensámos que este Decreto-Lei pudesse vir a preconizar algo de muito importante, que viesse ao encontro da necessária mudança e da assunção, por parte do Ministério da Educação (ME), da responsabilidade da escola regular relativamente à educação de todas as crianças, incluindo aquelas com NEE. Contudo, a forma como essa mudança ocorreu e a forma como o ME preparou a escola para essa realidade, na minha opinião, não permitiu, senão em raras e honrosas exceções, a concretização da chamada “Escola Inclusiva”.

Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) transformaram-se numa forma pouco robusta de apoiar as crianças com NEE. A falta de meios que a maior parte destes Centros de Recursos tem à disposição para apoiar as escolas e, naturalmente, os seus alunos não permite que se possa fazer um trabalho eficiente e de qualidade de acordo com as necessidades e características das crianças. Os professores, apesar de todo o seu esforço, continuam, de um modo geral, mal preparados para dar resposta a todas as solicitações que uma criança com NEE lhes pode colocar. Não basta colocar uma criança numa sala regular para se afirmar que a criança está incluída. Não basta que esta tenha uma vez por semana durante uma hora o apoio de uma

terapeuta da fala, de uma terapeuta ocupacional ou de uma psicóloga para dizer que tem o apoio de que necessita. Em muitas situações, aquilo a que temos assistido é que, em nome da inclusão, muitas crianças são cada vez mais excluídas.

Deste modo, parece-me que a construção da Escola para Todos não tem feito os progressos esperados. Estamos em 2015 e o Governo português, com a tão famigerada crise, passou a sentir como um custo aquilo que deveria ser sentido e percecionado como um investimento. E se a educação for sentida apenas como um custo, mal estará o futuro do nosso país e da nossa sociedade.

Nos países onde esta transição já aconteceu há alguns anos, o Estado apostou na formação especializada de professores e dotou as escolas dos meios técnicos e materiais para que a escola regular pudesse responder adequadamente às diferentes situações, de acordo com as necessidades específicas de cada criança. Noutros, estas mudanças ainda estão a acontecer, mas a transição está a ser acautelada de forma a não haver grandes tumultos e gerações de crianças que ficam mal apoiadas.

Em Portugal, temos verificado que existem avanços e recuos em todo o processo e isso só tem trazido insegurança a todos os atores intervenientes: professores, pais, alunos, profissionais dos CRI, comunidade educativa.

Página | 6

EM — Que propostas faria para melhorar no futuro a educação de crianças e jovens com necessidades especiais? Quais os seus sonhos para uma inclusão plena em Portugal?

CD — Parece-me importante promover uma profunda reflexão sobre a realidade vivida na escola portuguesa, percecionar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos e estabelecer um plano estratégico que terá de ser devidamente planeado. Todos os atores e agentes educativos devem ser envolvidos, bem como as Instituições de Ensino Superior, já que é fundamental aumentar a investigação/ação neste campo.

Aumentar e melhorar a formação de professores é crucial. Aumentar as suas competências e melhorar o apoio de que necessitam, promover o trabalho em equipa e construir equipas interdisciplinares que articulem e possam interagir entre si. Sinalizar boas práticas e disseminar informação pode ser uma boa forma de promover a melhoria contínua.

Depois de mais de 40 anos a trabalhar pelo reconhecimento do direito à educação de todas as crianças, depois de ter lutado pela construção de uma Escola para Todos, continuo a acreditar que um dia havemos de conseguir. E acredito porque me faz sentido a frase do poeta – “Sempre que o Homem sonha, o mundo pula e avança...” Acredito que existem neste país pessoas muito válidas e que continuam a dar a vida por este sonho. Acredito na juventude e

numa nova forma de organização da sociedade. Acredito nos que formam os novos professores e que certamente lhes proporcionarão conhecimentos, experiências e promoverão novas competências tendo em conta estas preocupações educacionais e sociais.

Acredito que, um dia, o Mundo há-de ser melhor. Pode demorar muito tempo, pode ser difícil, mas um dia havemos de lá chegar...